



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

REUNIÃO
DO CONSELHO POLÍTICO DA
AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Brasília, 24 de julho de 2023

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 24/7/2023

1- ANÁLISE DE CONJUNTURA

- Contexto da aprovação do novo Arcabouço Fiscal (PLP 93/2023) com manutenção de teto de gastos sociais para “*guardar recursos importantes para o pagamento do endividamento público*”; aprovação relâmpago de relatório modificado da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados com riscos para entes federados e Seguridade Social, e manutenção da elevada taxa básica de juro Selic pelo Banco Central, provocando crescimento exponencial do Sistema da Dívida.
- Apresentação de proposta da Campanha para dar visibilidade ao Sistema da Dívida e a necessidade de auditoria.

2 – FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O LIMITE DOS JUROS E A AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

- 171 parlamentares da Câmara dos Deputados já assinaram (informação atualizada em 13/7/23), mas ainda faltam 27 assinaturas. ACD necessita de apoio das entidades para continuar a mobilização no Congresso Nacional para coletar as assinaturas necessárias, e contactar os deputados que não assinaram (por estado), conforme planilha enviada aos núcleos dia 17/7/23.
- Pedimos às entidades que indiquem representantes para ajudarem nessa tarefa, que está acontecendo todas as semanas, de segunda a quinta-feira, das 13h às 18h.

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 24/7/2023

3 – CARTILHA “*Auditoria da Dívida Pública: ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil*”

- Lançamento virtual (bit.ly/3PPlwIv) e presencial na Câmara dos Deputados (bit.ly/3NNk72e) foram um sucesso, graças à participação de representantes de diversas entidades apoiadoras da ACD, parlamentares e autoridades.
- ACD necessita de apoio das entidades para prosseguir a entrega no Congresso Nacional. Reforçamos o pedido para indicação de representantes das entidades, pois essa tarefa ocorre juntamente com a da coleta de assinaturas para a Frente Parlamentar.
- Informe dos Núcleos acerca da organização para entrega da Cartilha (<https://bit.ly/41XrKbL>) às respectivas Assembleias Legislativas Estaduais, algumas Câmaras Municipais e articulação com movimentos sociais.

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 24/7/2023

4 - CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL – PLP 104/2022 - <https://bit.ly/3G87DQ>

- Informes sobre tramitação do PLP 104/2022 e reunião da ACD com o relator Deputado Federal Paulo Guedes (PT/MG), Presidente da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara.
- Enquete oficial da Câmara dos Deputados sobre o PLP 104 já conta com 2.657 manifestações. Precisamos de muito mais! Pedimos às entidades para divulgar e solicitar a seus associados que declarem apoio ao PLP 104/2022: <https://bit.ly/3T1wauE> .

5 - CURSO SOBRE O SISTEMA DA DÍVIDA, COM FOCO NA DÍVIDA DOS ESTADOS

- Nova turma: Inscrições abertas até dia 11/08/2023 e início das aulas em 14/08/2023. Pedimos apoio para divulgação e patrocínio de filiados. Mais informações: <https://auditoriacidada.org.br/cursos/>

6 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA

CIDADÃ DA DÍVIDA: Doações podem ser feitas via PIX 12537204000145, pagamento recorrente no cartão de crédito <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/ajude-a-financiar-a-acd/> ou PagSeguro <https://auditoriacidada.org.br/doacao/>

7 - APOIO AOS ESTUDOS DO OBSERVATÓRIO DE FINANÇAS E ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA PADRE THIERRY LINARD, VINCULADO À COMISSÃO BRASILEIRA DE JUSTIÇA E PAZ (ORGANISMO DA CNBB): Participação em grupos de pesquisa.

1 - ANÁLISE DE CONJUNTURA

CONJUNTURA ESCANCARA

A CENTRALIDADE DO SISTEMA DA DÍVIDA

- Arcabouço Fiscal (PLP 93/2023) mantém teto de gastos sociais para ***“guardar recursos importantes para o pagamento do endividamento público”***;
- Aprovação relâmpago de Substitutivo de Reforma Tributária do Consumo na Câmara dos Deputados com riscos para entes federados e para a Seguridade Social, criação de entidade “Conselho Federativo” que representa riscos de avanço do esquema de Securitização;
- Manutenção da elevada taxa básica de juro Selic pelo Banco Central, provocando crescimento exponencial do Sistema da Dívida.
- Privatizações, PPP (com risco de Securitização de Créditos Públicos).

Apresentação de proposta da Campanha para dar visibilidade ao Sistema da Dívida e a necessidade de auditoria.

PRIVILÉGIO DOS GASTOS COM A DÍVIDA PÚBLICA EM 2023 - Orçamento Federal Executado até 18/7/23

“Juros e Encargos da Dívida”	R\$ 130 bilhões
“Amortizações”	R\$ 1,226 TRILHÃO

Soma: **R\$ 1,356 TRILHÃO (52% de todos os gastos federais)**

Fonte: https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

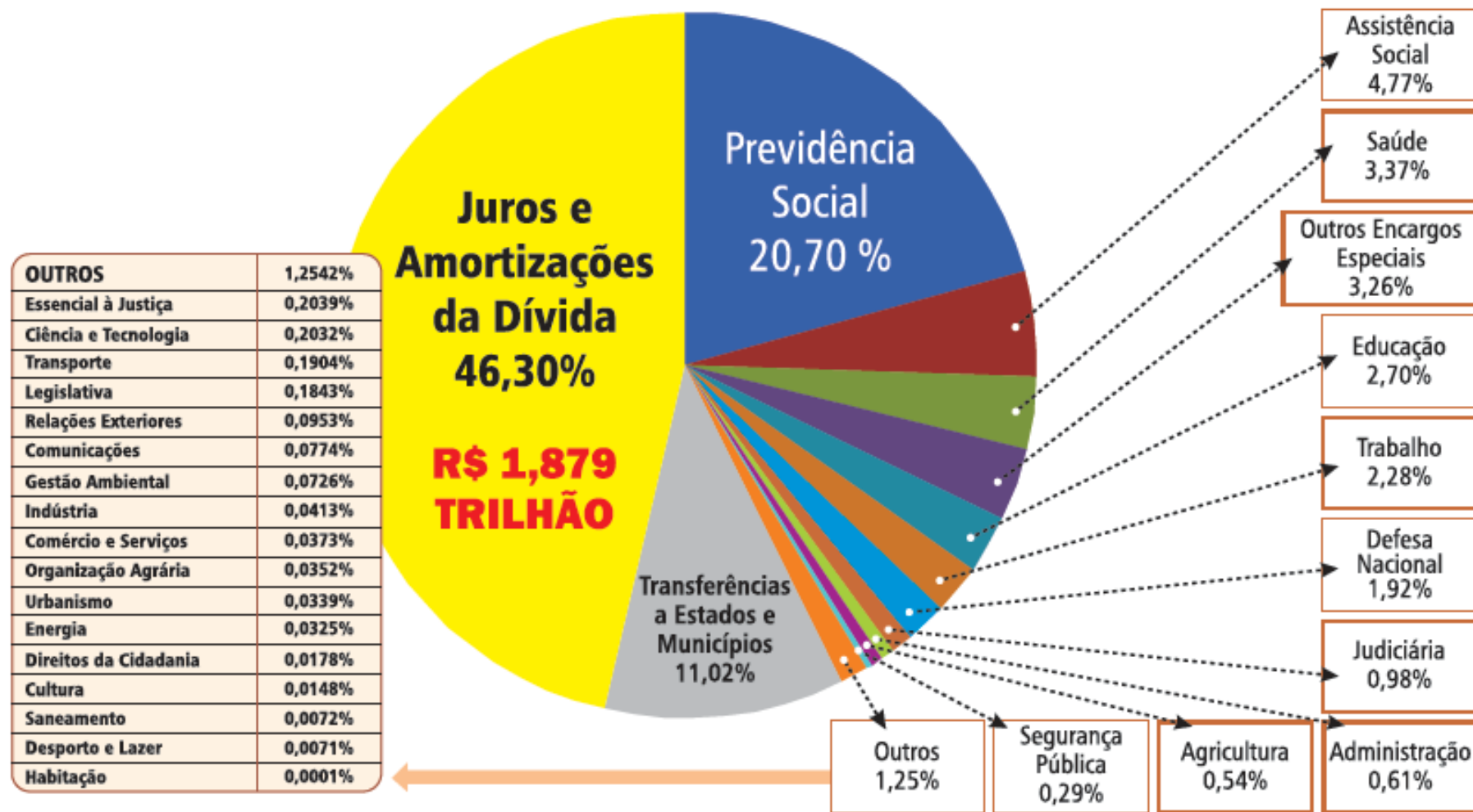
- **Governo Federal contabiliza grande parte dos juros como se fossem “amortizações”** (“rolagem” ou “refinanciamento”). A ACD denuncia essa manobra desde a CPI da Dívida concluída em 2010.

**Estimativa de gastos com juros no primeiro semestre de 2023:
R\$ 468 bilhões**

Metodologia: Estoque da Dívida Pública Federal no início de 2023 multiplicado pela taxa média anual dos primeiros 5 meses do ano (janeiro a maio), ampliada para 6 meses.

- **O Sistema da Dívida absorve todas as receitas obtidas com a venda de novos títulos, que deveriam estar sendo destinadas a investimentos sociais, e não para o pagamento de uma dívida sem contrapartida em investimentos para a população.**

Orçamento Federal Executado (pago) em 2022 = R\$ 4,060 TRILHÕES



Fonte: https://www1.sio.planejamento.gov.br/QuAJAXZfc/ependoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orçamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06
 Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 25/1/2023. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), e "Outros Encargos Especiais" (restante da função, composta principalmente por gastos com cumprimento de Sentenças Judiciais e Fundos de Financiamento Regional).

Ver artigo publicado pelo jornal ExtraClasse: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gastos-com-a-divida-consumiram-463-do-orcamento-federal-em-2022/>

Previsão do Orçamento Federal para 2023 (sancionado pelo presidente Lula em 17/1/2023)

Privilégio para gastos com a dívida e arrocho para a Educação e Saúde

- **R\$ 2,559 TRILHÕES** para juros e amortizações da dívida pública
- **R\$ 159 BILHÕES** para o Ministério da Educação (16 vezes menos)
- **R\$ 184 BILHÕES** para o Ministério da Saúde (14 vezes menos)
- Fonte: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9235932&ts=1673995720130&disposition=inline> págs 16 e 29

➤ **Dotação atualizada (em 18/7/23):**

Ministério da Educação: R\$ 164 BILHÕES (16 vezes menos)

Ministério da Saúde: R\$ 189 BILHÕES (14 vezes menos)

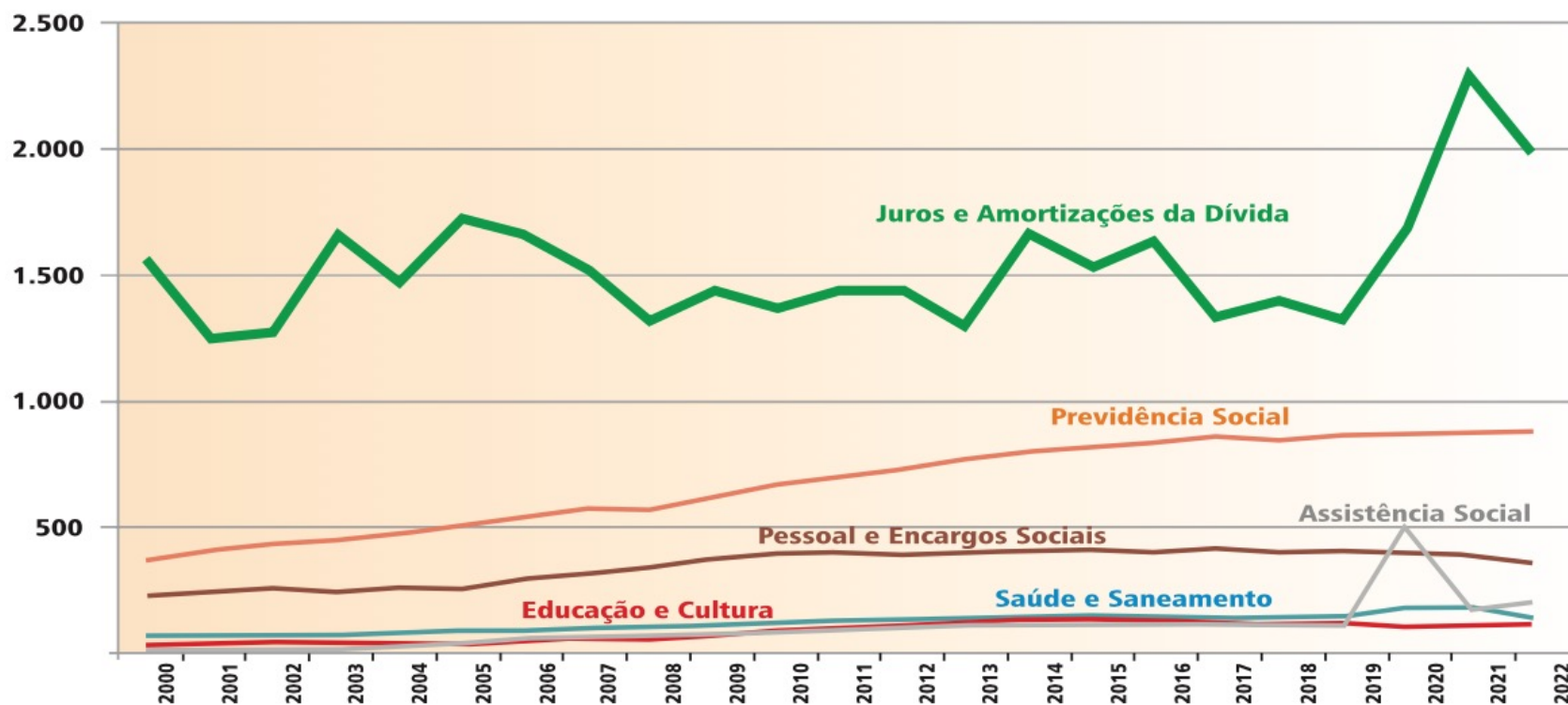
Fonte:

https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

Onde está o rombo do gasto público?

Governo Federal - Gastos Seleccionados de 2000 a 2022

Em R\$ bilhões de 2023 - Valores atualizados pelo IPCA



Fontes: https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAZZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:19110
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:19106

Nota: A elevação dos gastos com Assistência Social em 2020 correspondeu ao pagamento do auxílio emergencial em decorrência da pandemia de Covid-19.

BANCO CENTRAL ENTERRANDO A ECONOMIA BRASILEIRA

**BANCO CENTRAL GERA ROMBO
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA
R\$ 42,9 BILHÕES
A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC**

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-7,7	-0,08	9,4	0,09
Aumento de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/3/}	42,9	0,42	40,1	0,39
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/3/}	17,4	0,17	17,2	0,17

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.
2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e redução de índices de preços.
3/ Variação mantida por doze meses.



**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**

BANCO CENTRAL GERA GASTO ANUAL DE

R\$ 34,9 BILHÕES

A CADA AUMENTO DE 1% DA TAXA SELIC

3. Elasticidades da DLSP e da DBGG

A tabela a seguir mostra as elasticidades da DLSP e da DBGG a variações na taxa de câmbio, na taxa de juros e nos índices de preços para o mês de janeiro de 2022.

Elasticidades da DLSP e da DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-12,5	-0,14	6,1	0,11
Aumento de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/3/}	34,9	0,40	33,8	0,39
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/3/}	15,5	0,18	15,4	0,18

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.
2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e redução de preços.
3/ Variação mantida por doze meses.

Fonte: www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202306_Texto_de_estatisticas_fiscais.pdf



**BANCO CENTRAL GERA ROMBO
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA**

R\$ 38 BILHÕES

A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-6,0	-0,07	9,6	0,10
Aumento de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/3/}	38,0	0,39	35,8	0,36
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/3/}	17,2	0,18	17,1	0,17

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.
2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e redução de índices de preços.
3/ Variação mantida por doze meses.



**BANCO CENTRAL GERA ROMBO
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA**

R\$ 40,1 BILHÕES

A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-7,1	-0,07	9,3	0,09
Aumento de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/3/}	40,1	0,40	38,0	0,38
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/3/}	17,5	0,18	17,4	0,18

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.
2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e redução de índices de preços.
3/ Variação mantida por doze meses.



BANCO CENTRAL ENTERRANDO A ECONOMIA BRASILEIRA



“Você tem que colocar o país em recessão para recuperar a credibilidade”, diz Campos Neto

Publicado em 16/12/2021 - 13:39 Vicente Nunes Economia

<https://www.youtube.com/watch?v=RJNHX82-CrO&t=373s>

InfoMoney

Temporada de Balanços Investir no Exterior Seguros Série Trader Sossegado O Mito do Longo Prazo

IBOVESPA 118.083 pts +0,45% DÓLAR R\$ 4,80 +0,38% BITCOIN R\$ 142.989 -0,06% IFIX 3.174 p SIMULE AGORA

Entrevista à BlackRock

BC está aberto a colocar ativos sob gestão externa, diz Campos Neto

A entrevista à BlackRock foi gravada por Campos Neto em 13 de junho e veiculada na tarde desta quinta-feira.

Por Reuters

20 jul 2023 19h12-Atualizado 14 horas atrás

<https://twitter.com/mlfatorelli/status/1682360627677806593?s=20>

BANCO CENTRAL ENTERRANDO A ECONOMIA BRASILEIRA

IPCA de jun/23 foi NEGATIVO(- 0,08%)

Acumulado em 12 meses está em 3,16%

QUEDA DE 2% NA ESTIMATIVA DO PIB DE MAIO, SEGUNDO O PRÓPRIO BC

Redução de apenas 0,25% em agosto é completamente insuficiente

Brasil pratica taxas de juros reais mais altas do mundo

Europa, EUA, Japão e outros praticam taxas negativas, abaixo da inflação há décadas!

POR QUE REDUÇÃO DE APENAS 0,25%???

CORREIO BRAZILIENSE

JUROS

Bancos cravam corte da Selic em agosto

Pesquisa realizada pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) apontou que é unânime a expectativa de que o Banco Central (BC) comece a reduzir a taxa básica de juros (Selic) em agosto, na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) marcada para os dias 1º e 2. A previsão é que o primeiro corte comece de maneira "moderada", de 0,25 ponto percentual e os próximos acelerem para 0,50 ponto nos encontros subsequentes.

Este ritmo, de acordo com o levantamento, deve levar a Selic para 12% ao ano no fim de 2023. Atualmente, a taxa está em 13,75%. O levantamento foi feito com 19 bancos que participam da Pesquisa Febraban de Economia Bancária e Expectativas, realizada de 45 em 45 dias, logo após a divulgação da ata da última reunião do Copom.

A pesquisa também questiona

Ed Alencar/CP/DA Press



Previsão é de que taxa caia 0,25 ponto percentual, para 13,50%

» Inflação em queda

Analistas do mercado financeiro estão mais otimistas em relação à inflação deste ano. Segundo o relatório Focus, divulgado semanalmente pelo Banco Central, a mediana das expectativas em torno do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2023 recuou de 4,98% na semana passada, para 4,95% no boletim divulgado nesta segunda (10/6). Para o ano que vem, o relatório manteve a projeção em 3,92%.

nesse ponto, obviamente há uma visão técnica que tem que ser respeitada, mas há também uma dificuldade de crescimento econômico do país".

No câmbio, a previsão é de



**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**

CORRELAÇÃO DE FORÇAS SE CONSTRÓI

**GOVERNO NÃO FAZ AUDITORIA
DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO
DA SOCIEDADE?**



FICA NA MÃO DO CAMPOS NETO!



**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**

**LIÇÃO DE SOBERANIA
E RESPEITO AO POVO:**

O Equador convocou a sociedade para auditar a dívida pública, divulgou as maracutaias em rede nacional de rádio, anulou grande parte da dívida com bancos privados, aumentou expressivamente os investimentos sociais, e o Presidente foi reeleito!



**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**

“PEC DA TRANSIÇÃO”

EMENDA CONSTITUCIONAL 126/2022

Previu o fim do “Teto de Gastos” quando fosse sancionado Projeto de Lei Complementar (**a ser encaminhado pelo Presidente da República ao Congresso até 31/08/2023**) apresentando *“regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico.”*

PLP 93/2023

Em abril/2023, o governo enviou o PLP 93/2023 ao Congresso Nacional – “Novo Arcabouço Fiscal” - reproduzindo a lógica do teto de gastos de Temer, e sem debate com a sociedade. Amplamente festejado pelo mercado (<https://monitormercantil.com.br/por-que-o-mercado-festejou-tanto-o-novo-arcabouco-fiscal/>), o PLP já foi aprovado na Câmara e Senado, faltando apenas a apreciação, pela Câmara, das poucas modificações feitas pelo Senado.

“NOVO ARCABOUÇO FISCAL”

Se não enfrentar o
SISTEMA DA DÍVIDA
não tem saída...

TETO

Saúde
Educação
Previdência
Segurança
Investimentos

**SEM
LIMITE**

Juros e
mecanismos
do Sistema
da Dívida



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

IDEIA EQUIVOCADA apresentada por Haddad e sua equipe:

- Regra “crível”
- Sua implementação fará reduzir os juros
- Garantirá a “sustentabilidade da dívida pública”...

NA REALIDADE

- DADOS OFICIAIS E LEVANTAMENTO DO TCU COMPROVAM que dívida tem crescido por causa dos mecanismos que geram dívida e a multiplicam por ela mesma, como a “Bolsa Banqueiro”, as altíssimas taxas de juros e outros
- BC não reduziu os juros
- A insustentabilidade da dívida decorre dos seus mecanismos e não dos gastos sociais!

"NOVO ARCABOUÇO FISCAL"

SUBSTITUTIVO DO RELATOR PIORA AINDA MAIS O "ARCABOUÇO FISCAL" E ATACA OS SERVIDORES PÚBLICOS CONFIRAM ANÁLISE DETALHADA DAS ALTERAÇÕES

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 83, de 2023	SUBSTITUTIVO DO RELATOR AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 83 DE 2023 – VERSÃO DE 18.05.2023	OBSERVAÇÕES
Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, nos termos do disposto no art. 6º da Emenda à Constituição nº 126, de 21 de dezembro de 2022.	Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, em atendimento ao disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e com fulcro no inciso VIII e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Conforme antecipamos em comentários anteriores ao PLP 93/2023, são introduzidas no texto medidas de contenção de despesas previstas no art.167-A, com a autorização concedida pelo parágrafo único do art. 163, e tendo em vista a "sustentabilidade da dívida pública".
O CONGRESSO NACIONAL decreta:	O Congresso Nacional decreta:	
CAPÍTULO I	CAPÍTULO I	
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	
Art. 1º Fica instituído regime fiscal sustentável, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, nos termos do disposto no art. 6º da Emenda à Constituição nº 126, de 21 de dezembro de 2022.	Art. 1º Fica instituído regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com amparo no disposto nos arts. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal.	Ajuste já comentado acima.

DIÁLOGO INSTITUCIONAL

Página 3 de 40

16/05/2023 15:18



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Ver <https://auditoriacidada.org.br/substitutivo-do-relator-piora-ainda-mais-o-arcabouco-fiscal-e-ataca-os-servidores-publicos/>

"NOVO ARCABOUÇO FISCAL" AMEAÇA A EDUCAÇÃO

O GLOBO | Economia

Economia

Fazenda planeja mexer na correção dos pisos dos gastos com Saúde e Educação, diz secretário do Tesouro

Por Manoel Ventura — Brasília

25/05/2023 04h30 · Atualizado há 4 dias

Ver <https://auditoriacidada.org.br/novo-arcabouco-fiscal-ameaca-a-educacao/>

A história já mostrou que Superávit Primário não controla a trajetória da Dívida Pública, pois esta cresce devido aos juros elevadíssimos e demais mecanismos financeiros, e não por causa dos investimentos sociais:

De 1995 a 2015 produzimos
R\$ 1 Trilhão de Superávit Primário.
Apesar disso, a dívida interna federal aumentou de
R\$ 86 bilhões para quase
R\$ 4 trilhões no mesmo período.

ARCABOUÇO FISCAL (PLP 93/2023) FERRE O FEDERALISMO E PREJUDICA A SOCIEDADE

LIVE

Federalismo fiscal e custeio dos direitos fundamentais no **PLP 93/2023**



MARIA LUCIA FATTORELLI
Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida



ÉLIDA GRAZIANE
Procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo

12 JUNHO 19H

ASSISTA AO VIVO EM:

 facebook.com/auditoriacidada.pagina

 youtube.com/auditoriacidadadadivida


AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://www.youtube.com/watch?v=unvhadu764o&t=15s>

Como serão financiados os investimentos do Projeto Nacional anunciado por Lula, considerando as travas do "Arcabouço Fiscal" ?

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-em-evento-alusivo-aos-100-dias-de-gestao-do-governo-federal-em-brasilia-df>

PPP?

Securitização ?

BNDES planeja criar programa nacional de PPPs, diz Nelson Barbosa

Segundo diretor do banco de fomento, projeto incluirá concessões para administração, manutenções de hospitais e saneamento



Nelson Barbosa (foto) disse que atual governo Lula será mais aberto a PPPs

PODER360

18.abr.2023 (terça-feira) - 9h53

Apresentação feita pelo Tesouro Nacional sugere a criação de "Sociedade de Propósito Específico" (SPE) que emitirá debêntures com garantia estatal

gov.br

PT

Entrar


Tesouro Nacional

Notícias > Tesouro anuncia quatro medidas de incentivo a Parcerias Público-Privadas (PPP)

Tesouro anuncia quatro medidas de incentivo a Parcerias Público-Privadas (PPP)

Objetivo das medidas é intensificar os investimentos em infraestrutura no Brasil por meio das PPP

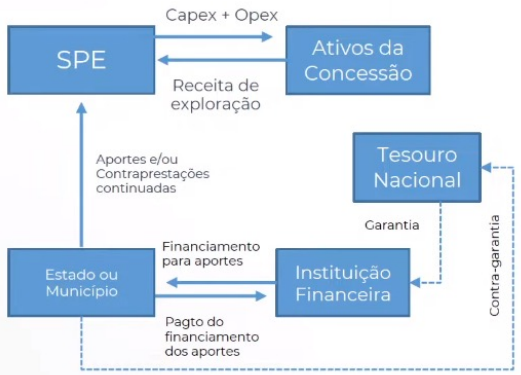
Modelo 1 – Garantia da União para o Financiamento de Aportes



Objeto:
Viabilizar operações de crédito para aportes na PPP durante fase de obras

Benefícios:

- Redução dos riscos para os parceiros privados e menor necessidade de alavancagem financeira do privado.
- Reduz percepção de riscos e atratividade dos projetos de PPPs em entes subnacionais.
- Redução do custo para os entes públicos de utilização de instrumentos de financiamento mais eficientes (menor custo).
- Utilização dos procedimentos já estabelecidos de análise e controle para concessão de garantias a operações de crédito convencionais.



Estado ou Município → Aportes e/ou Contraprestações continuadas → **SPE**

Estado ou Município → Financiamento para aportes → **Instituição Financeira** → Pagto do financiamento dos aportes → **SPE**

SPE → Capex + Opex → **Ativos da Concessão**

Ativos da Concessão → Receita de exploração → **SPE**

Instituição Financeira → Garantia → **Tesouro Nacional**

Tesouro Nacional → Contra-garantia → **Instituição Financeira**

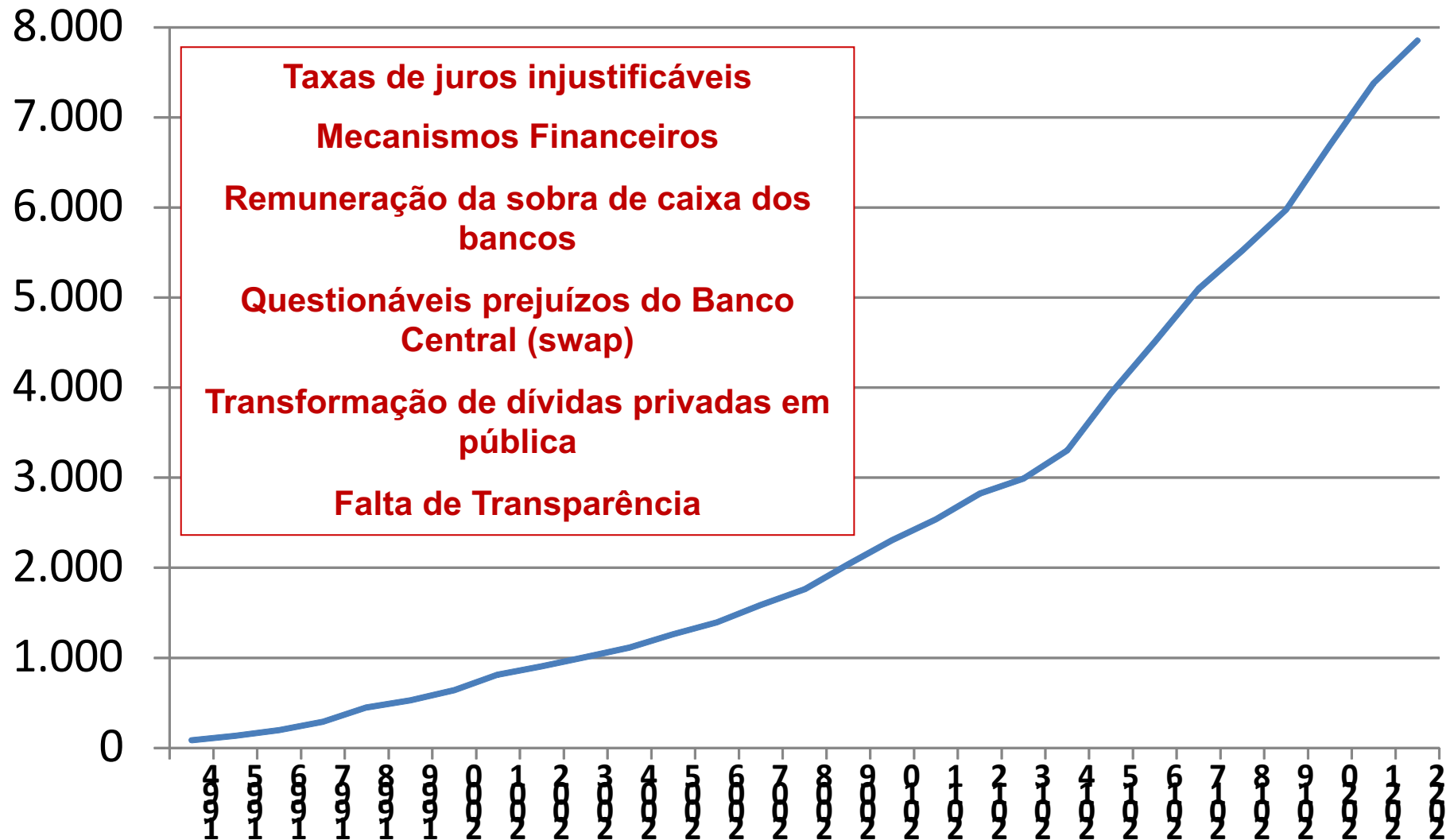
TESOURO NACIONAL | MINISTÉRIO DA FAZENDA | GOVERNO FEDERAL | BRASIL | UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Esquema de “Securitização de Créditos Públicos” desvia recursos por fora do Orçamento Público



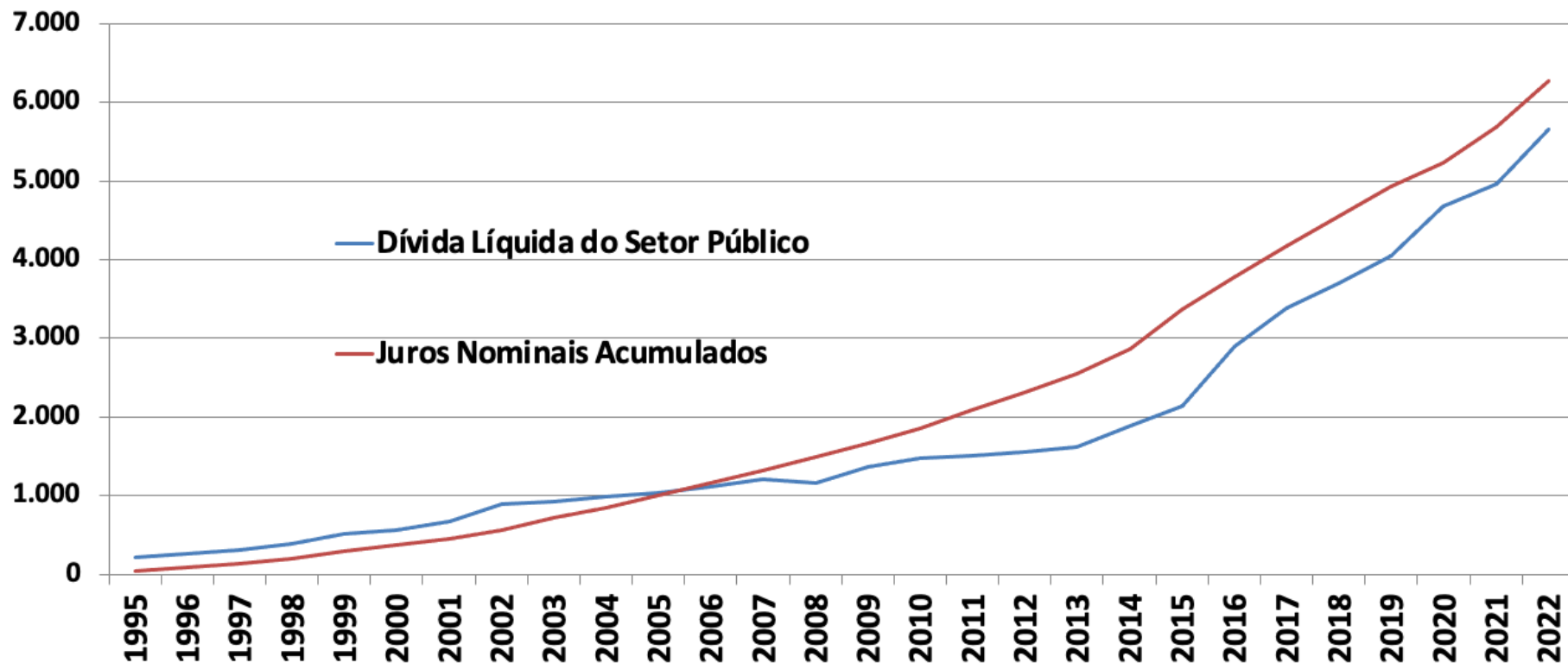
Ver artigo “Securitização: consignado turbinado de recursos públicos”, disponível em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/secritizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

Dívida Interna Federal (R\$ bilhões)



JUROS ALTOS: PRINCIPAL FATOR DE CRESCIMENTO DA DÍVIDA DO SETOR PÚBLICO

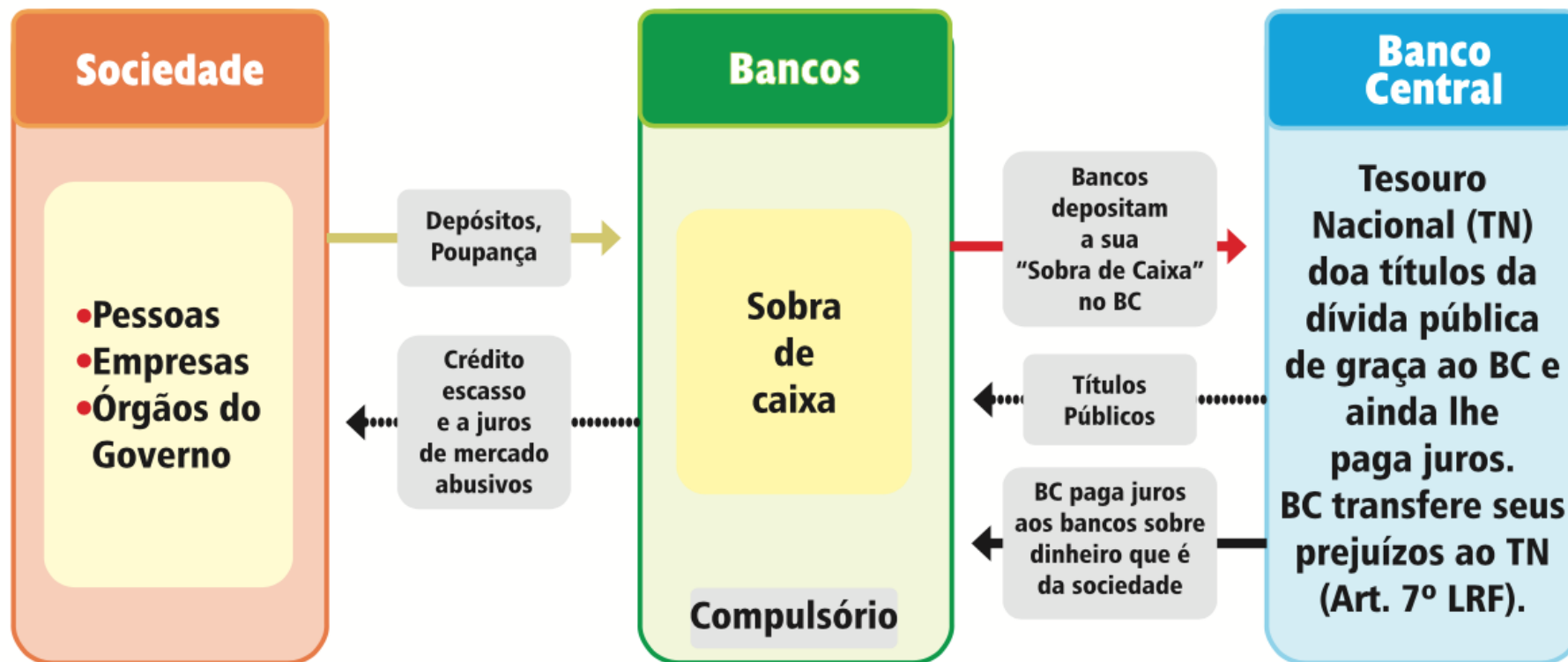
Relevância dos Juros no Estoque da Dívida Líquida do Setor Público
(R\$ bilhões)



Fonte: Séries Temporais do Banco Central nº 16.830, 4.478, 16.962 e 4.759. Disponíveis em:
<https://www3.bcb.gov.br/sgpspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

BOLSA-BANQUEIRO

Remuneração diária aos bancos devido ao abuso das "Operações Compromissadas" e "Depósitos Voluntários Remunerados" pelo Banco Central



Consequências:

escassez de moeda na economia, elevação dos juros de mercado, explosão da dívida pública, rombo aos cofres públicos, recessão, crise e aumento recorde do lucro dos bancos.

A dívida pública deveria ser um instrumento para financiar investimentos de interesse da sociedade e do país, viabilizando o nosso desenvolvimento socioeconômico.

Mas não é isso que acontece! O endividamento público tem funcionado às avessas:

“SISTEMA DA DÍVIDA”

- Contínua subtração de recursos públicos, que são direcionados principalmente a bancos e grandes corporações
- Principal característica: “dívida pública” sem contrapartida e atuação de mecanismos financeiros operados pelo Banco Central
- Ver vídeo 17 <https://bit.ly/2YE5R2S>

O SISTEMA DA DÍVIDA ESTÁ PRESENTE EM TODAS AS ESFERAS (Federal, Estadual e Municipal).

- Consome a **maior parte do orçamento** federal (cerca de metade, todos os anos) e parte significativa dos orçamentos estaduais e municipais;
- Está por trás de todas as **contrarreformas**, como as da Previdência;
- Tem sido a justificativa para todas as **privatizações** insanas que acontecem desde o governo Collor;
- É o responsável pelo **“Teto de Gastos” sociais**, cortes, contingenciamentos de recursos orçamentários, e pelo **“novo arcabouço fiscal”**, medidas que limitam investimentos sociais para que sobre mais para pagar os juros da dívida.
- Nos Estados, o Sistema da Dívida está por trás do nocivo **“Regime de Recuperação Fiscal”** e mecanismos fraudulentos, como a **Securitização**.

TCU afirmou ao Senado que a dívida interna federal não serviu para investimento no país

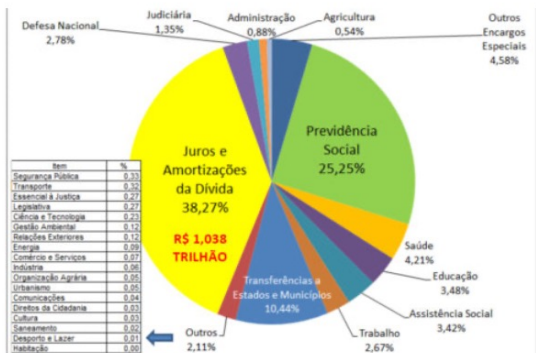
<https://bit.ly/2NTP1Jo>

Para que tem servido a Dívida Pública?



27 DE OUTUBRO, 2020

Para que tem servido a Dívida Pública que você paga?



11 DE SETEMBRO, 2020

PARA QUE TEM SERVIDO A DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL, por Maria Lucia Fattorelli

A Dívida Pública RETIRA recursos das áreas sociais

A mentira do "déficit" financiado por endividamento

2014 a 2022

Gastos com a dívida pública (juros e amortizações) pagos com receitas de outras fontes (não relacionadas com a emissão de títulos da dívida) que poderiam financiar gastos sociais =

R\$ 2,33 Trilhões

Gastos sociais pagos com receitas de títulos da dívida pública =

R\$ 1,19 Trilhão

No final das contas, a Dívida Pública RETIROU RESULTADO = **R\$ 1,14 Trilhão** das áreas sociais no período

Fonte: SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Disponível em: <https://www1.sioop.planejamento.gov.br/QuAxJAXZfc/pendoc.htm?document=IAS%2FExecucaoOrcamentaria.qvw&host=QV%40pqk04&anonymous=true&sheet=>

<https://bit.ly/36AbwLJ>

Audiência CAE/Senado

<https://bit.ly/3dwIxxP>

LIVE

<https://bit.ly/39ITU24>

Artigo

Ver artigos:

<https://bit.ly/2S72v8v> e

<https://bit.ly/3Eq59u9>

AFINAL, QUE DÍVIDA É ESSA?

AUDITORIA: FERRAMENTA CAPAZ DE RESPONDER

- ✓ Prevista na Constituição Federal de 1988
- ✓ Plebiscito popular ano 2000: mais de seis milhões de votos
- ✓ CPI da Dívida Pública em 2009/10
- ✓ Inúmeras pesquisas e relatórios da Auditoria Cidadã da Dívida
- ✓ Conheça e divulgue a nova Cartilha <https://bit.ly/42HOWM3>

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

www.auditoriacidada.org.br

Auditoria da Dívida Pública:

Ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil



Maria Lucia Fattorelli

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA



Primeira Edição 2023
Obra autofinanciada - VENDA PROIBIDA

REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO

Qual a justificativa para tanta urgência na votação da PEC 45?

Por Redação - 19:20 - 6 de julho de 2023



Plenário da Câmara (foto de Zeca Ribeiro, Câmara dos Deputados)

A reforma tributária em curso atende às necessidades de mudança? **WEB**

Por Maria Lucia Fattorelli / Publicado em 19 de julho de 2023



O relator da proposta, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), comemora a aprovação da reforma tributária na Câmara dos Deputados

Foto: Lula Marques/Agência Brasil

<https://monitormercantil.com.br/qual-a-justificativa-para-tanta-urgencia-na-votacao-da-pec-45/>

<https://www.extraclasse.org.br/opiniaio/2023/07/a-reforma-tributaria-em-curso-atende-as-necessidades-de-mudanca/>

REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO

- Segundo o IPEA, alíquota do novo IVA pode chegar a 28,4%
- ACD tem feito posts, artigos e publicações. Acompanhem nossas redes sociais e site.



4 Fatos sobre a Reforma Tributária

Parte 2

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Maria Lucia Fattorelli @mlfatorelli · 19 de jul ...

Haddad contesta estudo do IPEA que estima alíquota do novo IVA em 28,4%, o maior do planeta, e diz que "... tem que calibrar bem as exceções, para que elas estejam bem justificadas".

agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019/07/19/haddad-contesta-estudo-do-ipea-que-estima-aliquota-do-novo-iva-em-284 QUE TAL PARAR DE DAR PRIVILÉGIOS PARA A MINERAÇÃO E GRANDE AGRONEGÓCIO?



agenciabrasil.ebc.com.br

Haddad contesta alíquota de 28% para IVA estimada por estudo

Apesar disso, ministro da Fazenda considera positivas as ponderações feitas pelo Ipea e defende um enxugamento da reforma tributária, co...

A CONJUNTURA ESCANCARA O PRIVILÉGIO DA DÍVIDA PÚBLICA E CAMINHA NO SENTIDO CONTRÁRIO AO QUE O PAÍS PRECISA

PRECISAMOS:

- ✓ Mais recursos para investimentos sociais e estrutura do Estado;
- ✓ Interromper mecanismos que geram "dívida" sem contrapartida em investimentos (Bolsa-Banqueiro, Juros elevadíssimos injustificados etc.).

O QUE FAZER?

- LIMITE DOS JUROS EM LEI
- AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL
- **CAMPANHA, FRENTE PARLAMENTAR**

**2 - FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O
LIMITE DOS JUROS E A AUDITORIA
INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM
PARTICIPAÇÃO POPULAR**

MOBILIZAÇÃO PARA APOIAR E INTEGRAR

Frente Parlamentar sobre o Limite dos Juros e a Auditoria Integral da Dívida Pública com Participação Popular

**COM APENAS 1 CLIQUE
PRESSIONE PARA QUE
DEPUTADOS APOIEM A
FRENTE PARLAMENTAR
SOBRE O LIMITE DOS
JUROS E A AUDITORIA
INTEGRAL DA DÍVIDA
PÚBLICA COM
PARTICIPAÇÃO
POPULAR**



<https://auditoriacidada.org.br/pressione-pela-criacao-da-frente-parlamentar-sobre-o-limite-dos-juros-e-a-auditoria-integral-da-divida-publica-com-participacao-popular/>

MOBILIZAÇÃO PARA APOIAR E INTEGRAR

Frente Parlamentar sobre o Limite dos Juros e a Auditoria Integral da Dívida Pública com Participação Popular

- 171 parlamentares da Câmara dos Deputados já assinaram (informação atualizada em 13/7/23), mas ainda faltam 27 assinaturas.
- ACD necessita de apoio das entidades para continuar a mobilização no Congresso Nacional para coletar as assinaturas necessárias, e contactar os deputados que não assinaram (por Estado), conforme planilha enviada aos Núcleos dia 17/7/23.
- Pedimos às entidades que divulguem a ferramenta (1 clique) e indiquem representantes para ajudar nessa tarefa, que está acontecendo todas as semanas, de segunda às quintas-feiras.

3 – CARTILHA “Auditoria da Dívida Pública: ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil”

CARTILHA “Auditoria da Dívida Pública: ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil”

- Lançamento virtual (bit.ly/3PPlwIv) e presencial na Câmara dos Deputados (bit.ly/3NNk72e) foram um sucesso, graças à participação de representantes de diversas entidades apoiadoras da ACD, parlamentares e autoridades.
- ACD necessita de apoio das entidades para prosseguir a entrega no Congresso Nacional. Reforçamos o pedido para indicação de representantes das entidades, pois essa tarefa ocorre juntamente com a da coleta de assinaturas para a Frente Parlamentar.
- Informe dos Núcleos acerca da organização para entrega da Cartilha (<https://bit.ly/41XrKbL>) às respectivas Assembleias Legislativas Estaduais, algumas Câmaras Municipais e articulação com movimentos sociais.

CARTILHA: LANÇAMENTO



VEJA MAIS



CARTILHA: maratona na Câmara e Senado



CARTILHA:

Presidente do Senado: “*vou ler*”

“Vou ler”, disse Rodrigo Pacheco, presidente do Senado, a Fattorelli

Abrir



<https://www.youtube.com/watch?v=LxnPBiEif2E&t=5s>

CARTILHA: NÚCLEO CAPIXABA avança a entrega

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA/ES



NÚCLEOS se reúnem para organizar atividade de entrega da Cartilha: Piauí, Pará, Rio de Janeiro e Distrito Federal



4 - CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL – PLP 104/2022

CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL – PLP 104/2022



- Reunião da ACD com o relator Deputado Federal Paulo Guedes (PT/MG), Presidente da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara.
- O PLP 104/2022 se encontra na CFT apensado ao PLP 52/2003 e mais 28 projetos de lei que tratam de matéria semelhante.
- Aguardando a realização de audiência pública, após o recesso parlamentar.
- Posteriormente, seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), depois para o Plenário e em seguida passa a tramitar no Senado Federal.

auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros

Limite dos juros torna-se Projeto de Lei Complementar





Projeto de Lei Complementar
PLP 104/2022



Texto original | Siga esta proposta

EMENTA

Dispõe sobre o limite legal das taxas de juros em contratos e operações financeiras, altera a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, e dá outras providências.

 /auditoriacidadabr
 /AuditoriaCidadaDaDivida
 /auditoriacada.pagina
 /auditoriacidada



auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros

Vote na enquete oficial da Câmara: Limite dos Juros Já!

QUAL SUA OPINIÃO SOBRE O PLP 104/2022?

Concordo totalmente





Concordo na maior parte

Estou indeciso

Discordo na maior parte

Discordo totalmente

VOTAR

 /auditoriacidadabr
 /AuditoriaCidadaDaDivida
 /auditoriacidada.pagina
 /auditoriacidada



<https://auditoriacidada.org.br/vote-na-enquete-oficial-da-camara-e-declare-apoio/>

5 - CURSO SOBRE O SISTEMA DA DÍVIDA, COM FOCO NA DÍVIDA DOS ESTADOS

- Nova turma: Inscrições abertas até dia 11/08/2023 e início das aulas em 14/08/2023. Pedimos apoio para divulgação e patrocínio de filiados. Mais informações: <https://auditoriacidada.org.br/cursos/>

6 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA: Doações podem ser feitas via PIX 12537204000145, pagamento recorrente no cartão de crédito <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/ajude-a-financiar-a-acd/> ou PagSeguro <https://auditoriacidada.org.br/doacao/>

7 - APOIO AOS ESTUDOS DO OBSERVATÓRIO DE FINANÇAS E ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA PADRE THIERRY LINARD, VINCULADO À COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ (ORGANISMO DA CNBB): Participação em grupos de pesquisa.

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



Spotify.



Google Podcasts

#ÉHORADEVIRARAJOGO